

DIÁRIO DE BORDO

DIPLOMACIA DE RESULTADOS

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

A ESPETACULAR negociação que deu origem à Parceria Econômica Regional Abrangente (Regional Comprehensive Economic Partnership – RCEP), fechada em 15 de novembro último, nasceu de uma ideia de oito anos atrás que procurava criar para a China uma oposição à influência norte-americana na região do Sudeste Asiático durante o governo Obama.

Agora, a RCEP transformou-se em realidade, juntando dez países do Sudeste Asiático (Tailândia, Filipinas, Malásia, Singapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Myanmar, Laos e Camboja) a China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Trata-se de um acordo monumental, englobando perto de um terço da população mundial, quase 30% do Produto Interno Bruto (PIB) planetário e outro tanto de comércio global. Já a Índia ficou fora: embora tenha participado das negociações prévias, desistiu de seguir em frente em 2019, dada a preocupação de que tarifas reduzidas no gigantesco bloco criassem problemas para os seus produtores.

Muitos analistas consideram a RCEP uma evolução em relação à Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês), esnobada por Trump em 2017 e que não incluía a China. Tal acordo de livre-comércio, assinado em outubro de 2015 depois de anos de debates, abrigava doze países banhados pelo Oceano Pacífico e envolvia questões não apenas comerciais, mas também econômicas e, até mesmo, políticas. Os objetivos estabeleciam: "apoiar a criação e a manutenção de postos de trabalho; reforçar a inovação, a produtividade e a competitividade; elevar padrões de vida e reduzir a pobreza nos países-membros; e promover a transparência, a boa governança e a proteção ambiental".

Mais recentemente, a ambição aumentou, por causa do tamanho do novo bloco e, naturalmente, pela entrada da China, o nosso maior mercado hoje. E se sucedem estudos para entender que reflexos a RCEP poderia trazer a esse setor que tem sistematicamente salvado o saldo comercial brasileiro ao longo das últimas décadas.

Alguns países já são nossos concorrentes há anos: a Austrália é uma forte produtora de carnes e açúcar; a Tailândia concorre no mercado açucareiro também; o Vietnã é um grande produtor de café; a Malásia, de borracha e óleo de palma; e assim por diante. Ainda é um pouco cedo para ter clareza de como seremos impactados pelo novo acordo, mas dois fatos são evidentes: por um lado, vai melhorar a competitividade dos países signatários nas cadeias globais de valor; e, por outro lado, os resultados não serão imediatos, devendo demorar a acontecer.

No entanto, fica ainda mais evidente um certo "isolamento" do Brasil em acordos de proporções significativas, como é o caso do desejado entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Enquanto patinamos nisso, apesar dos esforços ingentes da nossa ótima ministra do Ministério da Agricultura, os países europeus vão fortalecendo a Política Agrícola Comum (PAC), dando ênfase crescente às questões ambientais e das mudanças climáticas, numa direção que se choca com as versões exageradas quanto ao pouco caso do Brasil em relação a esses temas. Está passando da hora de corrigirmos essa imagem errada acabando com as ilegalidades existentes, comunicando a sustentabilidade do nosso agronegócio e fortalecendo a diplomacia de resultados que pode nos colocar num tabuleiro tão grande quanto a RCEP. ■

"Está passando da hora de corrigirmos essa imagem errada acabando com as ilegalidades existentes, comunicando a sustentabilidade do nosso agronegócio e fortalecendo a diplomacia de resultados que pode nos colocar num tabuleiro tão grande quanto a RCEP."